

O ESTADO – AVALIADOR: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Douglas Pereira Azevêdo (UFG)

Email: douglas23@discente.ufg.br

Introdução

Os grandes organismos multilaterais têm desempenhado um papel central na condução da economia global, especialmente nos países em desenvolvimento, onde buscam favorecer os interesses da elite burguesa. Esse processo, considerado moderno, reflete a reestruturação do capitalismo por meio de políticas centralizadoras e privatizações, resultando na mínima atuação do Estado em políticas sociais e no desmonte de serviços públicos, promovendo a desqualificação social e a despolitização (Raimann; Oliveira, 2022). Esse novo modelo social, pautado pelo neoliberalismo, exige mudanças na estrutura estatal e na vida cotidiana, priorizando eficiência, competência e produtividade em detrimento de valores utópicos e projetos coletivos (Silva, 2019).

Esse novo arranjo, remete a necessidade de alterações na estruturação da máquina do Estado como nos modos de reproduzir a vida cotidiana dos indivíduos dentro de um novo modelo social regido pelo neoliberalismo. Trata-se de um novo modo de existir que valoriza a eficiência, a competência e a produtividade em detrimento de projetos educacionais que privilegiem valores utópicos e coletivos (Silva, 2019).

Entender o conceito e expansão da política neoliberal, implica em compreender como a escola é influenciada pelo mercado produtivo capitalista. Essa influência não se dá simplesmente por uma lógica externa, mas sim, de uma forma aparentemente espontânea por meio das relações sociais que acontecem no interior da própria escola - discursos e termos técnicos socialmente aceitos - que culminam na organização curricular a partir de uma cultura empresarial que esvazia valores necessários para a construção uma sociedade coletiva, igualitária e democrática.

Com a figura do Estado cada vez mais mercantil, novas demandas foram impostas as escolas e aos professores, uma delas foram as exigências por produtividade e resultado, aferidas quantitativamente pelas avaliações de larga escala. Neste sentido, apresentamos como questão norteadora de trabalho: “Quais as consequências do ensino pautado pela cultura empresarial na formação de sujeitos?”

Este trabalho representa um recorte de uma pesquisa vinculada a uma tese de doutorado, ainda em desenvolvimento, cujo objeto de pesquisa se dá pela organização do ensino de matemática para a formação da personalidade coletivista em alunos do Ensino Médio. Para tanto, foram realizadas revisões bibliográficas, amparadas no materialismo histórico-dialético, tendo como bases referenciais de pesquisa autores como Dardot; Laval (2016); Freitas (2007) e Trevisol; Almeida (2019).

Neoliberalismo, avaliação e resultados: A medição do sucesso escolar sob a lógica de mercado

O neoliberalismo, é apresentado por Dardot e Laval (2016), como “razão de mundo”, isto é, como um conjunto de discursos e práticas que determinam um novo modo de governo sobre o princípio da concorrência. Antes de ser um aparelho ideológico e uma política econômica, é um modelo de racionalidade que implica modificações tanto em instituições públicas e privadas, quanto na própria subjetividade, no processo de difusão da cultura cívica neoliberal para a formação de um novo perfil de sujeito político que conta com três aparelhos reprodutores hegemônicos: a mídia, as igrejas e a própria escola (Neves, 2005) gerenciados em sua grande parte, por representantes da extrema direita.

No que tange o papel da escola, especificamente, das políticas de avaliação da Educação Básica promovidas pelo Ministério da Educação e suas contribuições para a formação da racionalidade neoliberal (Trevisol; Almeida, 2019), elas se constituem como aparelho ideológico de hegemonia para a consolidação do *Estado-Avaliador*. Essa expressão, num conceito historicamente construído, está vinculada a discursos e práticas sociais de incentivo e promoção competitivista. Ao apresentar o conceito de Estado-Avaliador, Freitas expõe que:

[...] essa expressão foi inicialmente utilizada por Guy Neave (1988-1998) em trabalhos sobre políticas de ensino superior, nos quais se referiu à transição da regulação burocrática centralizada para uma regulação que conjuga controle do Estado com estratégias de autonomia e auto-regulação das instituições. [...] Essa qualificação expressa a radicalização da figura do “Estado intervencionista” nos sistemas e instituições de ensino (2007, p.133-134).

Essa agenda de política educacional, segundo Silva (2019), surgiu no centro e rapidamente foi disseminada para a periferia capitalista, via organismos multilaterais. Embora haja focos de resistência, o poder da ideologização durante o processo de

subjetivação se apresenta como entrave para a construção de uma educação crítica e humanizadora, visto que, esse processo ideológico neoliberal, ocorre dentro da organização do trabalho pedagógico, na medida que, se adequam as práticas pedagógicas aos interesses dos que defendem o *status quo*.

O Estado passa a gerir as reformas por meio de mecanismos avaliativos, segundo critérios macroeconômicos, capitaneado por instituições financeiras internacionais que objetivam a minimização do Estado em relação ao financiamento das políticas sociais, de forma especial, as políticas educacionais, vistas pelos organismos internacionais como “oásis a ser explorado” (Raimann; Oliveira, 2022), por meio de um discurso falseado da burguesia como um dos requisitos para que o Brasil possa ser inserido no mundo globalizado.

O neoliberalismo vê a educação como “[...] base para a sedimentação de princípios ideológicos apregoados pela nova pedagogia de hegemonia” (Viana, 2020, p.112). É, nesta desenvoltura que a avaliação surge como instrumento fundante e de propagação da ideologia burguesa. A presença da cultura empresarial na escola é observada por meio das políticas de *accountability* que têm imposto padrões e metas avaliativas a serem atingidos pelas escolas. Esses modelos se assemelham e muito com os processos de gestão de empresa (Trevisol; Almeida, 2019).

O interesse pelas avaliações de larga escala, são justificados “[...] pelo estabelecimento de diagnósticos para o controle da eficácia de políticas públicas de caráter neoliberais” (Viana, 2020, p. 112) por meio da criação de parâmetros aferição quantitativa do desempenho escolar. A adoção em larga escala de certos tipos de avaliação corresponde à consolidação da racionalidade neoliberal. O avanço da centralidade do papel da avaliação, é visto como um canal de diminuição da responsabilidade do Estado, pois nesta nova cultura empresarial a que a escola está submetida, ao invés do Estado responsabilizar-se pelas índices, ele acaba por transferir aos indivíduos seus fracassos e conquistas, corroborando assim, para concepções meritocráticas da ação educativa.

A avaliação, neste sentido ideológico e político, cumpre a função de validar e justificar as políticas regulatórias do Estado e introduz a lógica mercadológica na educação pública, no contexto da mundialização dos interesses burgueses, isto posto, se apresenta como uma alternativa de garantia do controle burocrático sobre os resultados por meio da imposição autocrática de um currículo nacional padronizado.

Considerações Finais

Ao fim desse ensaio, apresentamos algumas inquietações que sintetizam não de forma a finalizar, mas sim em provocar futuras reflexões quanto aos processos de rankeamentos avaliativos, de cunho neoliberal, a que nossas escolas estão sendo submetidas e as danosas implicações desta política mercantil para a formação de novos cidadãos.

Diante da complexa configuração e dinâmica adquirida na sociedade capitalista, reafirmamos a importância da articulação dos movimentos e instituições sociais e até mesmo, um *revival* nos processos de movimentos populares no âmbito da luta de classes na tentativa de avançarmos na construção e desenvolvimento de um novo projeto societário. Esta luta de resistência a ofensiva neoliberal, se daria em prol do fim da exploração da classe trabalhadora, de todas as formas de opressão e o fim de uma educação escolar acrítica e desumana dentro de uma perspectiva de formação e de mundo alienante.

A educação defendida ao longo deste trabalho, é compreendida como uma atividade especificamente humana, que potencializa o desenvolvimento do ser humano. O processo educativo, entendido como práxis humana, precisa ser reverberado para além de processos de instrumentalização dos sujeitos, que tenha como horizonte a formação de cidadãos críticos, conscientes sob a perspectiva da ciência, do diálogo (coletividade) e dos valores democráticos.

Referências Bibliográficas

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Dirce. **A avaliação da educação básica no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

RAIMAN, Ari; OLIVEIRA, Eulália Gonçalves Souza. A nova gestão pública e implicações no trabalho docente no setor público. **Tempos e espaços em educação**. v.15, n. 34, 2022, 14p.

SILVA, Marcelo Lira. A base do golpe: a nova colonização pela captura da subjetividade. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 74-102, abr. 2019.

TREVISOL, Marcio Giusti; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 3, set./dez. 2019, 23p.

VIANA, Cláudio Pires. O Estado-Avaliador e as políticas de avaliação da educação básica do Brasil: O Saeb e a Prova Brasil no contexto da nova pedagogia da hegemonia. In: RESENDE, Anita C. Azevedo; MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Educação Brasileira, Sociedade e Formação Humana**. Imprensa Universitária: Goiânia, 2020, p.107-128.